



MUNICÍPIO DE **AMAPORÃ**

PODER EXECUTIVO

LEI 112/2005

EMENTA: "Fixa o valor das obrigações de pequeno valor de que trata o § 3º do art. 100 da Constituição Federal":

A CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ, PARANÁ, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU E EU PREFEITA MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Os pagamentos devidos pela Fazenda Municipal de Amaporã, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou pessoas nas dotações orçamentária e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Art. 2º. Para efeitos do que dispõe o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o valor equivalente a 05 (cinco) salários mínimos, nacionalmente unificado.

Art. 3º. Desatendida a requisição judicial, o juiz determinará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

Art. 4º. São vedados o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no artigo 1º, e, em parte, mediante expedição do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

Art. 5º. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 2º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia



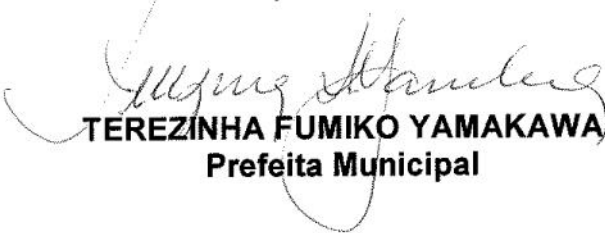
MUNICÍPIO DE **AMAPORÃ**

PODER EXECUTIVO

ao credito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, 12 de maio de 2005.


TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA
Prefeita Municipal

Publicado: 10. Novembro
Edição: 14. 115. Pág.: 13
Data: 13. 05. 2005